

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.096 - CE (2019/0120590-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : VILANI FERREIRA LEITE
ADVOGADO : Rokylane Gonçalves Brasil - CE031058
AGRAVADO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADO : ANA CRISTINA BOMFIM FARIAS - CE009669

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por VILANI FERREIRA LEITE, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. ANULAÇÃO DO CONTRATO. ASSINATURA A ROGO. INSTRUMENTO PARTICULAR ASSINADO POR DUAS PESSOAS. CONTRATO DEVIDAMENTE FORMALIZADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. VERIFICADA. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Como bem registrado pelo julgador a quo, in casu, não houve por caracterizada a falha na prestação do serviço, sobretudo porque o Banco recorrido apresentou cópia do contrato devidamente contraído com a observância dos ditames legais para a formalização de contrato por pessoa analfabeta, no caso, instrumento particular assinado por duas pessoas. Em sendo assim, não se há falar em fraude praticada por terceiro na perfectibilização da avença.

2. Dessa maneira, a instituição bancária agiu com o necessário zelo, o que implica no reconhecimento da existência do contrato, sobretudo por que atendida a forma prescrita em lei.

3. Melhor sorte não assiste ao pleito da recorrente para afastar a condenação em litigância de má-fé, porquanto restou comprovado que a recorrente alterou a verdade dos fatos e usou o processo com o visio de obter vantagem indevida, hipótese esta que enquadra no disposto no art. 80 do CPC/2015. Afinal, consta nos autos cópia dos contratos, fls. 65/72, cópia do RG e CPF da apelante, fl. 73, cópia dos documentos das testemunhas, fl. 74, e cópia do comprovante de recebimento dos proventos, fl. 76.

4. Apelo conhecido e improvido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 373, II, do CPC; arts. 104, III, 166, IV e V, e 595 do Código Civil e 37, § 1º, da Lei n. 6.015/73, no que concerne à nulidade do contrato de mútuo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No presente caso, é incontroverso que o Recorrente é analfabeto e até existe 2 (duas) testemunhas (frisa-se, que sequer conhece ou é de seu convívio), porém, até mesmo sem um terceiro assinando a seu rogo. Assim, como o Recorrente não detinha capacidade para ler as cláusulas contratuais a que estava vinculado, para manifestar sua vontade no firmamento do negócio jurídico, deveria lhe ser exigido a ratificação por representante legal constituído por meio de instrumento público, o que não ocorreu (fl. 187).

Dessa forma, o contrato firmado não tem validade nem produz efeitos, uma vez que não contém a assinatura do Recorrente. A simples inserção da digital no contrato ou assinatura a rogo por quem não detenha mandato por instrumento público conferindo poderes para a prática do ato, não supre a forma prescrita em lei (fl. 187).

Ainda que o analfabeto seja plenamente capaz para o exercício dos atos da vida civil, em relação a celebração de contratos, devem ser observadas determinadas formalidade, porquanto a simples aposição de impressão digital em documento particular não constitui prova de que tenha ele aquiescido com os termos da avença (fl. 187).

Pois, somente por meio de escritura pública, ou por intermédio de procurador constituído por instrumento público, o analfabeto poderá contrair obrigações através de instrumento particular, o que não ocorreu no caso dos autos (fl. 187).

Salienta-se, no caso em tela, a escritura pública era essencial à validade do contrato de empréstimo firmado entre as partes, uma vez que o Recorrente é analfabeto, e por isso impossibilitado de assinar o instrumento particular, salvo se representado por procurador constituído por procuração pública (fl. 188).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "c", alega dissídio jurisprudencial com julgado do TJ/SP.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 80 e 81 do CPC, no que concerne ao afastamento da multa por litigância de má-fé, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dessa forma, no caso em apreço, evidencia-se não estarem configuradas nenhuma das hipóteses de má-fé processual elencadas no art. 80 e 81 do CPC, de modo que a exclusão da multa processual é medida que se impõe.

Em epítome, a má-fé não pode ser presumida, pois exige a prova satisfatória não só da existência do dolo da parte, como também da caracterização do dano processual a que a condenação cominada na lei visa a compensar (fl. 194).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c", alega dissídio jurisprudencial com julgados do TJ/SP e TJ/MS.

É o relatório. Decido.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim decidiu a lide:

5. Como bem registrado pelo julgador *a quo, in casu*, não houve por caracterizada a falha na prestação do serviço, sobretudo por que o Banco recorrido apresentou cópia do contrato devidamente contraído com a observância dos ditames legais para a formalização de contrato por pessoa analfabeta, no caso, instrumento particular assinado por duas pessoas. Em sendo assim, não se há falar em fraude praticada por terceiro na perfectibilização da avença.

[...]

7. Dessa maneira, a instituição bancária agiu com o necessário zelo, o que implica no reconhecimento da existência do contrato, sobretudo por que atendida a forma prescrita em lei.

8. O pleito para condenar em dano moral a instituição financeira apelada resta prejudicado, uma vez que não se verificou a suposta ilegalidade suscitada em relação a não observância dos requisitos legais no caso de pessoa analfabeta.

9. Melhor sorte não assiste ao pleito da recorrente para afastar a condenação em litigância de má-fé, porquanto restou comprovado que a recorrente alterou a verdade dos fatos e usou o processo com o visio de obter vantagem indevida, hipótese esta que enquadra no disposto no art. 80 do CPC/2015. Afinal, consta nos autos cópia dos contratos, fls. 65/72, cópia do RG e CPF da apelante, fl. 73, cópia dos documentos das testemunhas, fl. 74, e cópia do comprovante de recebimento dos proventos, fl. 76 (fls. 171/173).

Dessa forma, quanto a ambas as controvérsias, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita.

(Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp 1.773.075/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 07/03/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.374.756/BA, Rel.^a Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 01/03/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1.356.000/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 06/03/2019; e REsp 1.764.793/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 08/03/2019.

Consigne-se, ainda, quanto à alegação de existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a” e obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso." AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018.

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão**

de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

